

**HANNAH ARENDT E O CASO DREYFUS:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A GÊNESE DO ÓDIO EM *ORIGENS DO  
TOTALITARISMO***

**HANNAH ARENDT AND THE DREYFUS AFFAIRE:  
CONSIDERATIONS ON THE GENESIS OF HATE IN *ORIGINS OF  
TOTALITARIANISM***

**Paulo Eduardo Bodziak Junior<sup>1</sup>**

Orcid: <http://org/0000-0001-9018-8104>

**Resumo:** O Caso Dreyfus é considerado por Arendt o marco inicial da política do século XX. Não à toa, a pensadora confere centralidade ao fato histórico quando se debruça sobre o elemento antisemita, expressão do elemento racial, que caracterizaria os acontecimentos políticos do mundo moderno. Neste sentido, aos olhos de Arendt, o julgamento de Alfred Dreyfus teria sido uma ferramenta política, usada para mobilizar a sociedade francesa no cenário de fragmentação e declínio provocados pela crise do estado-nação. Como veremos, o colapso da ordem mundana, desacompanhado de um exercício de compreensão destas mudanças e de reconciliação com elas, gera o ambiente necessário para a profusão de discursos de ódio.

**Palavras-chave:** Arendt, ódio, antisemitismo, Dreyfus, totalitarismo.

**Abstract:** The Dreyfus Affaire is considered by Arendt the beginning of twentieth-century politics. No wonder, the thinker gives centrality to the that historical fact when is looking into the anti-semitic element, an expression of the racial element, that characterizes the political events of the modern world. In this regard, in an Arendtian perspective, Alfred Dreyfus' trial was a political tool used for mobilizing the french society in the scenario of fragmentation and decline caused by the crisis of nation-state. As we shall see, the collapse of the worldly order, unaccompanied by the understanding of these changes and by the reconciliation with them, engenders the required environment to the hatred speeches.

**Keywords:** Arendt, hatred, anti-Semitism, Dreyfus, totalitarianism.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, Professor da Universidade Federal da Bahia, [paulo.bodziak@gmail.com](mailto:paulo.bodziak@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/8740917005017926>.

No que diz respeito ao lugar central do antissemitismo na ascensão do nazismo e, anteriormente, na própria política europeia entre os séculos XIX e XX, em *Origens do Totalitarismo*, Arendt se propôs evidenciar não apenas quais foram os elementos históricos que arrastaram os judeus para tragédia do holocausto. Nesta obra, mais intrigante que a discussão sobre os elementos políticos e sociais que permitiram o destino tenebroso dos judeus europeus, seja a busca do porquê eles teriam se ajustado mais que outros grupos a estes elementos. Este é o fundamento usado pela autora para descartar a hipótese do “bode expiatório” para explicar a perseguição aos judeus, pois esta teoria pressuporia a total inocência e vitimização dos judeus. Era necessário entender como os judeus corroboram discursos que posteriormente foram usados para levá-los à câmara de gás. Como veremos, a resposta para esta questão remete ao fenômeno do ódio como arma política, datado do final do século XIX com o caso Dreyfus.

A fim de indicar elementos que apontam para a realização de uma “fenomenologia do ódio” em *Origens do Totalitarismo*, deveremos recuperar alguns passos fundamentais da autora em seu percurso de rastreamento da gênese do antissemitismo moderno e sua relação com o surgimento do ódio como arma política. Em primeiro lugar, deve-se manter clara a distinção entre ambos os conceitos, o antissemitismo e o ódio, pois possuem gêneses distintas, embora relacionadas. Como afirma a autora: O antissemitismo não vem do ódio aos judeus, mas ao contrário, [...]: o ódio aos judeus é uma forma antiga de antissemitismo, um antissemitismo de molde religioso” (ARENDR, 2007, p. 67). Esta separação também ajuda a dispersar a hipótese do “eterno antissemitismo”, como se os judeus, de tempos em tempos, fossem naturalmente hostilizados (ARENDR, 2001, p.26). No segundo momento, veremos que Arendt descreve a cristalização do ódio como arma política a partir de duas etapas: a gênese do ressentimento como experiência afetiva produzida pelos processos de assimilação e emancipação dos judeus na europa; e, a mobilização política da alta sociedade em aliança com a ralé, os excluídos da sociedade, em torno deste ressentimento. Por fim, no terceiro lugar do que propomos aqui, propomos que a gestação política do ódio a partir do ressentimento está ligada à ausência de compreensão, diagnóstico que nos permite vislumbrar possibilidades de resistência ao fenômeno do ódio na política.

Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt expõe o papel do antissemitismo para que o movimento nazista pudesse arregimentar novos apoiadores, agir violentamente e implementar a pretensão totalitária de domínio total. Mais tarde, o movimento nazista devoraria a todos, judeus e não-judeus. Para a autora, isso mostra que nazismo não era

propriadmente antissemita, mas soube se aproveitar do antissemitismo como catalisador de um movimento. Quando analisa o ódio aos judeus, a autora foca no antissemitismo como um fenômeno político, o que não elimina a história mais longa do ódio aos judeus que poderia ser remontada ao início da dispersão judaica e dos conflitos desencadeados com os gentios. Entretanto, uma história de perseguição ininterrupta desde o Império Romano até nossos dias soaria, para Arendt, tão preconceituosa quanto a crença em uma sociedade judaica secreta com pretensões de dominar o mundo (ARENDR, 2001, p.17). Afinal, mesmo o interesse nessa história era nulo antes que, no século XIX, crescessem as hostilidades contra judeus emancipados ou assimilados. Por esta razão, é possível indicar que o antissemitismo como ideologia leiga não apenas se apropriou, mas influenciou a maneira como compreendemos a própria história do ódio religioso aos judeus. Sua reflexão sobre o antissemitismo não pretendia esgotar o tema, mas partir desta abordagem “limitada no tempo e no espaço” (ARENDR, 2001, p.22). Tratava-se de um recorte entre o momento pós-medieval da história dos judeus até o chamado Caso Dreyfus, intervalo que corresponde ao período de ascensão e crise dos estados-nação.

O recorte arendtiano sobre o ódio aos judeus, orientando-se pelo intervalo da história dos estados-nação, mostrou que o antissemitismo como fenômeno político estava mais ligado ao ressentimento das sociedades europeias com estados-nação em crise do que a qualquer antagonismo histórico entre cristãos e judeus. É certo que a animosidade com os judeus ocorria na Europa antes mesmo do declínio da sociedade feudal. Durante o século XIII, por exemplo, dependentes de autoridades não-judaicas para protegê-los de agressão, os judeus foram até autorizados a portar armas para se proteger, mas nada disso acarretava no antissemitismo como fenômeno político central, o que ocorreu a partir do século XIX. Como a autora afirma:

Só nos séculos XIX e XX, só depois da emancipação e em consequência da assimilação dos judeus, o antissemitismo veio a ter alguma importância para a preservação do povo judeu, pois só então os judeus passaram a aspirar a serem aceitos pela sociedade não-judaica. (ARENDR, 2001, p.20)

Os processos de assimilação foram acompanhados da secularização que caracterizou, de modo geral, toda a ascensão da modernidade, mudando também a compreensão que os judeus tinham de si mesmos. Cada vez menos, como mostra o percurso de *Origens do Totalitarismo*, a animosidade contra judeus foi compreendida nos marcos do ódio religioso, condição que engendrava uma reação coletiva da comunidade de judeus. Se no primeiro momento os judeus puderam usar o ódio religioso dos cristãos para manter viva e pertinente

sua identificação e fé no papel de povo “eleito” por Deus, a assimilação trouxe o fenecimento destes mesmos valores que outrora os mantinham apartados da sociedade, mas unidos. Com a secularização e assimilação, mais notadamente nos casos de judeus intelectualizados, produziu-se o paradoxo decisivo para a psicologia do judeu moderno:

tendo transformado a religião nacional - essência do grupo - em formal denominação confessional, e eliminando a consciência nacional ao substituir o ambíguo desejo de Estado e Sociedade próprios por não menos ambíguos engenhos e truques psicológicos, a secularização engendrou o chauvinismo judeu. (ARENDDT, 2001, p.97)

Esta nova condição os fez abandonar a antiga crença messiânica de serem o “povo eleito” para uma adoração de si mesmos enquanto indivíduos dotados de qualidades inatas, o que abriu caminho para afirmações preconceituosas posteriores de que um judeu seria, por exemplo, mais inteligente e talentoso apenas por sua origem. O elemento mais arriscado desta moderna individualidade secularizada, mais psicológica do que religiosa dos judeus, foi a perda da noção de pertencimento a uma religião nacional. Este fator coletivo e eficaz de proteção, outrora nascido da defesa contra o ódio cristão, havia sido abandonado e substituído por mero elemento psicológico, pela “qualidade” de ser um judeu.

Como observamos, em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt analisa a passagem do antigo antissemitismo, ligado ao ódio religioso, para o antissemitismo moderno, ligado à discriminação social e à busca por assimilação. A autora denomina esfera social uma forma propriamente moderna de organização dos assuntos humanos na qual os interesses privados e individuais assumem significado e relevância pública. Assim, a política deixa de ser realizada na modernidade em torno de temas próprios a uma vida pública comum e passa a ser expediente ou função de atividades originalmente privadas (ARENDDT, 2016, p.35). Embora Arendt destaque em *A condição humana* o papel econômico desta nova esfera, ou seja, sua organização em torno da atividade do trabalho, Margareth Canovan chama nossa atenção para os elementos próprios de organização da vida pública trazidos pela nova esfera. Como diz a intérprete: “Arendt também usa 'sociedade' para se referir à área da vida moderna que talvez poderia ser chamada esfera da sociabilidade, a arena do consumo público, da moda, do sucesso social, das origens do que ela encontrou na “alta sociedade” dos séculos anteriores” (CANOVAN, 1992, p.119). Diferente da esfera pública, domínio do comum que encontra na *isonomia* da polis ateniense sua experiência exemplar, a sociedade se define pela discriminação, tal como o corpo político se define pela igualdade. Em sociedade, as pessoas se agrupam por afinidades, o que leva Arendt a observar que na sociedade americana, por

exemplo, "as pessoas se agrupam, e, portanto, discriminam umas às outras segundo tipos de profissão, renda e origem étnica, enquanto que na Europa as categorias passam pela origem de classe, educação e maneiras" (ARENDR, 2003, pp. 273 e 274). Mais do que meramente se agruparem, as pessoas organizadas em sociedade lutam por objetivos como "posição social" e *status* (ARENDR, 2016b, p.254)<sup>2</sup>, conquistados justamente pela assimilação dos elementos de afinidade que reúnem ou interessam aos grupos e aos círculos sociais.

A face social, por assim dizer, do antissemitismo moderno é crucial para que seu conceito político seja compreendido tal como ocorreu anos mais tarde. A prática da assimilação não era generalizada e nem todos os judeus buscavam se integrar aos círculos da sociedade europeia, mas a existência dessa discriminação, bem como a de judeus que preferiam permanecer apartados, é sintoma da segregação que, no século XIX, serviu como ambiente catalisador do ódio político que impulsionava movimentos nacionalistas (ARENDR, 2001, p.20). Para separar esta concepção social do antissemitismo do seu conceito político, é muito útil observar como os judeus reagiram de diferentes formas à secularização, sem que seus caminhos os levassem necessariamente ao aviltamento vivido no século XIX. Enquanto os intelectuais foram os únicos a se moverem em grupo na busca por assimilação, para eles uma questão de vital importância, outros, como os judeus banqueiros e negociantes, se mantiveram em seu gueto invisível e nele pretendiam permanecer (ARENDR, 2001, p. 84). Hannah Arendt relata também o caso de Benjamin Disraeli, ex-Primeiro-Ministro britânico, que obteve êxito em sua carreira política cultivando o papel de judeu exótico pela forma de se vestir, arrumar o cabelo e pelo uso de maneirismos esquisitos de expressão e palavreado (ARENDR, 2001, p.91). Por trás desta diversidade de experiências vividas por judeus no ambiente das sociedades europeias, incluindo o êxito de Disraeli, estava sua relação ambivalente com a sociedade: "de um lado, o ressentimento social contra os judeus; de outro - e ao mesmo tempo - uma atração peculiar por eles. A combinação dessas reações determinou a história social da comunidade judaica da Europa ocidental"(ARENDR, 2001, p.77). Nesta situação, a discriminação social se torna especialmente relevante no contexto moderno em que a igualdade deixa de ser apenas um princípio de organização do corpo político para se transformar em fato social. Isto é, quando as pessoas não dispunham mais das estruturas de segregação que sempre organizaram as diferenças nas sociedades pré-modernas, lidar

---

<sup>2</sup> Arendt critica justamente o filisteísmo como prática de funcionalizar a arte e a cultura para fins de promover sua mobilidade social, esvaziando, assim, a cultura de significado próprio. Como ela afirma: "O que irritava no filisteu educado não era que ele lesse os clássicos, mas que ele o fizesse movido pelo desejo dissimulado de auto-aprimoramento, continuando completamente alheio ao fato de que Shakespeare ou Platão pudessem ter a dizer-lhes coisas mais importantes do que a maneira de se educar", p.255.

diretamente com a diferença, por vezes física e insuperável, criava condições potencialmente cruéis de exposição dos indivíduos ao julgo alheio.

Mesmo expostos a esta discriminação, judeus vivenciavam a antipatia social sem que ela fosse um mal político, mas foram seus posicionamentos em relação ao Estado que transformaram esta mesma antipatia em fator ameaçador. Os judeus financiavam ações e o comércio do Estado. Originalmente, esta função foi exercida pelos “judeus-da-corte” (ARENDR, 2001, p.36), que proviam individualmente recursos aos Reis europeus em troca de uma posição de privilégios negociados diretamente graças aos serviços que prestavam. Mais tarde, porque o volume de negócios entre estados-nação passou a exigir recursos que o judeus-da-corte individualmente não detinham, judeus banqueiros captavam grandes montantes junto às suas redes da comunidade judaica para financiar estas transações. Deste modo, a relação com o estado-nação europeu se dava sem que os judeus assumissem qualquer responsabilidade pelas políticas conduzidas pelos estados, mesmo desfrutando de privilégios barganhados em troca do apoio financeiro.

Essa ignorância sobre os assuntos públicos era muito útil aos judeus que pretendiam financiar as operações dos estados, pois não lhes interessavam as questões propriamente administrativas, mas os privilégios e proteção que poderiam extrair destas relações com os soberanos. “Tudo o que queriam na época era manter a influência suficiente para cuidar de seus interesses sociais e comerciais. Não aspiravam a nenhum quinhão político na administração do Estado” (ARENDR, 2001, p.126). Todavia, esse afastamento também os manteve alheios da deterioração das relações entre Estado e sociedade que perigosamente ocorreu no século XIX. Neste período, por um lado, o crescimento econômico caminhava na direção do ciclo imperialista de expansão territorial, desmoronando o estado-nação; por outro, a ascensão da burguesia ao poder político e econômico tornou dispensáveis os serviços outrora prestados por bancos judeus. Porém, agora desprovidos da possibilidade de prestarem seus serviços financeiros, os judeus se viram confrontados com a discriminação social de uma sociedade e de um estado em crise, sem a garantia de privilégios e de proteção. Para autora:

Os judeus podiam permanecer como grupo separado fora da sociedade somente enquanto uma máquina estatal mais ou menos homogênea estável pudesse utilizá-los e estivesse interessada em protegê-los. A decadência da máquina estatal trouxe a dissolução das cerradas fileiras do povo judeu, que havia tanto tempo estava ligado a ela (ARENDR, 2001, p.121).

Restavam apenas a visibilidade dos privilégios que ainda conseguiam preservar, a riqueza acumulada e a antipatia social que ambas despertavam. Obviamente, nem todo judeu

era um Rothschild, mas o antissemitismo social fazia com que todo vendedor ambulante fosse visto como um novo banqueiro em potencial (ARENDR, 2001, p.141).

Este é o cenário que proporciona a transformação do antissimitismo social no fenômeno do ódio politicamente organizado. Como a autora explica, a diferença fundamental entre o antissemitismo pré-totalitário e o totalitário foi o uso dos “protocolos dos sábios de sião” como instrumento de propaganda e de mobilização (ARENDR, 2001, p.20). A atração exercida pelo documento exigia o ambiente prévio de antipatia social aos judeus: mas o uso de um contexto social discriminatório como lastro de confiança para propaganda difamatória e mobilizadora foi um elemento surgido antes da cristalização nazista; ocorreu anteriormente na França do século XIX, com o chamado Caso Dreyfus.

Em 1894, o oficial judeu do Estado-Maior do Exército francês Alfred Dreyfus foi julgado e condenado por espionagem em favor dos alemães. Em 1895, provas da inocência de Dreyfus vieram a público, mas apenas em 1899 seu caso foi reexaminado pelo Tribunal de Apelação. Para tanto, panfletos de denúncia tiveram que ser publicados, dentre eles o emblemático “J'accuse” de Émile Zola. Anulado seu julgamento de 1884, Dreyfus foi novamente julgado e, apesar das provas já públicas do envolvimento de outro oficial com as acusações que lhe foram imputadas, foi novamente condenado, desta vez a uma pena menor. Dez dias depois seria indultado. O que se seguiu foi uma longa sequência de julgamentos e revisões decorrentes do erro judicial. O ex-oficial morreu em 1935 sem que a imprensa tocasse no assunto e antes disso, mesmo nove anos após indulto, chegou a ser espancado espancado na rua tamanha era a comoção e envolvimento da opinião pública com o caso (ARENDR, 2001, p.112). Qualquer dúvida se o ataque era de fato isolado pode ser afastada pela decisão judicial que absolveu o agressor com base na discordância do judiciário com a decisão de indulto.

A centralidade do antissemitismo conferida por Arendt à sua interpretação do Caso Dreyfus não é um cânone historiográfico do tema, mas, para Micheal Marrus, dar atenção às razões implicadas neste aspecto contribui para o entendimento da autora (1995, p.148). O antissemitismo é um elemento central no desenrolar do Caso Dreyfus, mas Arendt o transforma em fator determinante da sociedade francesa à época. A pensadora reúne os elementos do seu ensaio “From the Dreyfus Affaire to France today”, publicado em 1942 e, posteriormente, incorporado à primeira parte de *Origens do Totalitarismo*, quando vivia exilada em Paris fugindo do nazismo. Entre 1933 e 1941, a autora viveu a primeira fase de sua experiência cotidiana como judia alemã expatriada. Neste período, militou e trabalhou em

organizações sionistas, aprofundou sua leitura sobre temas sensíveis aos judeus, participou de seminários com figuras como Brecht, Arnold Zweig e Walter Benjamin, além de estudar hebreu - “Quero conhecer meu povo!”, dizia Arendt (YOUNG-BRUEHL, p.119). Talvez até mais do que fora em sua vida nos Estados Unidos, tratou-se de um momento no qual a centralidade do antissemitismo não era apenas uma escolha de perspectiva teórica, mas a própria condição existencial da autora que vivia seu exílio rodeada por um ambiente judaico-germânico. Seu artigo sobre o Caso Dreyfus foi a *carte de visite* de Arendt ao mundo acadêmico americano, tal como afirmou o professor da Columbia University Salo Baron (YOUNG-BRUEHL, p.168) - responsável por incentivá-la a escrevê-lo.

Para Arendt, a peculiaridade do Caso Dreyfus não residia exatamente no processo, mas no seu efeito social. Com um judiciário ainda incipiente que procurava instalar recentes avanços civilizatórios e o envolvimento da sociedade, com suas paixões e suas divisões suscitadas pelo Caso, foi sintomático, para Arendt, o verdadeiro fenômeno em questão. Como ela afirma:

O Caso Dreyfus, em suas implicações políticas, pôde sobreviver porque dois de seus elementos cresceram em importância no decorrer do século XX. O primeiro foi o ódio aos judeus; o segundo, a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado. A maior parte do público podia ainda continuar a conceber, certa ou erradamente, que esta última estivesse sob a influência dos judeus e do poderio dos bancos (ARENDR, 2001, p.114).

A história do Caso Dreyfus é marcada pela disputa da opinião pública e, em grande medida, pelo deslocamento da política do Parlamento para as ruas. Como Arendt mostra em seu capítulo sobre o tema, em *Origens do Totalitarismo*, o Caso Dreyfus reuniu o ódio aos judeus à falência do Estado-Nação que, no curso de expansão imperialista, teve suas instituições, tais como Exército, Polícia, Parlamento e Judiciário, transformadas em sedes de interesses e de privilégios - como, por exemplo, da nova burguesia no Parlamento e da antiga aristocracia no Exército<sup>3</sup>. Por ser o primeiro judeu a galgar uma posição no estado-maior do Exército, Dreyfus teria provocado a consternação e a fúria da antiga aristocracia militar antissemita que via na instituição um espaço reservado à sua casta. Portanto, o próprio Exército tinha interesse no julgamento e condenação de Dreyfus, fosse para se mostrar reativo ao caso de espionagem que atingiu o Estado-Maior ou, mais provavelmente, para garantir a

---

<sup>3</sup> “Não era nem a vida militar, nem a honra profissional, nem o *esprit-de-corps* que mantinha unidos seus oficiais para formar um baluarte revolucionário contra a República e contra as influências democráticas; era simplesmente o laço da casta”. O Parlamento, por sua vez, foi tomado pelo único interesse em proteger os capitais investidos (ARENDR, 2001, pp.120 e 122).



pureza da casta. Corrobora a segunda hipótese o fato de que outros setores, como a burguesia católica, aristocratas, família clericais e até a pequena burguesia anticlerical, estavam dispostos a ver os judeus fora da vida política (ARENDDT, 2001, p.128).

Assim, o ambiente na sociedade francesa era de hostilidade aos judeus, não por ódio religioso ou antipatia social, mas porque o antissemitismo dava forma discursiva e motivação àqueles que apenas defendiam parcelas de privilégio no Estado e na sociedade ou àqueles que se revoltavam contra ela precisamente pela exclusão:

Enquanto a ralé tomava de assalto as lojas dos judeus e os agredia na rua, a linguagem da alta sociedade fazia com que a violência, intensa e verdadeira, parecesse inócua brincadeira de criança. O mais importante dos documentos contemporâneos a esse respeito é o "Memorial Henry" e as várias soluções que propunha para a questão judaica: os judeus deviam ser despedaçados como Marsias na lenda grega; Reinach devia ser jogado vivo num caldeirão de água fervente; os judeus deviam ser cozidos em óleo ou furados com agulhas até morrerem; deviam ser "circuncidados até o pescoço. (ARENDDT, 2001, p.130).

O Caso Dreyfus mostrou que a convergência em torno do antissemitismo entre alta sociedade e a ralé, resíduo de excluídos oriundos de várias parcelas da sociedade, permitiu reagrupar a sociedade e o governo sob a égide de um inimigo comum a ambos, os judeus. Para tanto, foram utilizados slogans como “França para os franceses”, em alusão à legitimidade e à sabedoria do povo por hostilizar os judeus. Porém, Arendt observa a diferença fundamental entre os conceitos aparentemente próximos de povo e de ralé, o que explicita como foi operado, no caso francês, o uso político do antissemitismo: “Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo "homem forte", pelo "grande líder". Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada.” (ARENDDT, 2001, p.129). E porque está fora das instituições, a ralé tem a inclinação de explicar os acontecimentos da vida pública a partir dos movimentos e forças ocultas que ocorrem “por trás das cortinas”. Sua atuação, portanto, é extraparlamentar e jamais visa o estabelecimento de estruturas de representação política. Pondera a autora:

O que mais nos perturba no Caso Dreyfus é que não foi apenas a ralé que teve de agir com métodos extraparlamentares. Toda aquela minoria, embora lutasse como lutava pelo Parlamento, pela democracia e pela república, era também forçada a travar sua luta fora da Câmara. Mas, enquanto uns usavam as ruas, os outros recorriam à imprensa e aos tribunais - e essa foi a única diferença entre os dois elementos. Em outras palavras, toda a vida política da França durante a crise Dreyfus se passou fora do Parlamento (ARENDDT, 2001, p.138).

O alinhamento entre a ralé e a alta sociedade contra os judeus, não apenas levou para as ruas a disputa política do país, mas envolveu as instituições como instrumentos usados na luta para expulsar os judeus do estado e da sociedade. Além do juiz que absolveu o agressor de Dreyfus, pode-se mencionar o chefe de polícia de Rennes que, ao receber a denúncia de ataque de duas mil pessoas à casa de Vitor Basch, organizador de comício pró-Dreyfus, recomendou que o professor pedisse demissão, pois a polícia já não poderia lhe garantir segurança (ARENDR, 2001, p.134).

Faltava aos judeus a compreensão de que já não enfrentavam a discriminação social, “[o]s judeus [diz arendt] falharam por não enxergarem que se tratava de uma luta política organizada contra eles” (ARENDR, 2001, p.141). Ao fim, era fundamental para a autora explicitar que alta sociedade foi efetivamente movida contra os judeus porque, com a crise do estado nação, eles já não eram mais necessários, mas ainda ocupavam espaços que a alta sociedade e a burguesia postulavam preencher com seus interesses comerciais e de casta. Para isso, souberam alimentar o ressentimento da ralé excluída e convertê-lo em ódio organizado contra o grupo que, justamente por estar simultaneamente dentro e fora - do estado e da sociedade -, era o mais frágil dentre os privilegiados. Neste sentido, os judeus foram bode expiatório, mas sem a inocência de vítima. Então, conclui a autora:

Não pode haver dúvida de que, aos olhos da ralé, os judeus passaram a representar tudo o que era detestável. Se odiavam a sociedade, podiam denunciar o modo como os judeus eram tolerados nela; e, se odiavam o governo, podiam denunciar como os judeus haviam sido protegidos pelo Estado, ou se confundiam com ele. (ARENDR, 2001, p.130)

Através do ódio, a crítica ao Estado e à sociedade foi politicamente amalgamada ao velho antissemitismo social. Os estudos da autora sobre a gênese do totalitarismo mostram que o ressentimento da ralé foi cultivado em relação ao Estado e à sociedade. Por não compreenderem esta condição, foram convencidos de que os judeus, aqueles que mais se ajustavam ao papel de bode expiatório, eram os responsáveis pela crise em meio a qual estava mergulhada a Terceira República. A incompreensão da ralé é comparada por Arendt à do povo francês na saída do período feudal. Segundo a autora, citando Tocqueville:

[...] o povo francês passou a odiar os aristocratas no momento em que perderam o poder, porque essa rápida perda de poder não foi acompanhada de qualquer redução de suas fortunas. [...] Em outras palavras, nem a opressão nem a exploração em si chegam a constituir a causa de ressentimento: mas a riqueza sem função palpável é muito mais intolerável,

porque ninguém pode compreender - e conseqüentemente aceitar - por que ela deve ser tolerada. (ARENDDT, 2001, p.24).

A mesma situação de perda de poder e manutenção de certos privilégios foi vivenciada pela sociedade francesa ao fim da Terceira República, todavia, os judeus eram os mais expostos e propensos a serem transformados em alvo do ódio organizado. Afinal, a crise dos estados-nação implicava também o fim de uma estrutura política e social na Europa cujo ápice foi a expansão imperialista até seu inteiro colapso na Primeira Guerra. De todo modo, a questão central, era o desmoronamento do mundo europeu enquanto contexto que abrigava e conferia significação aos assuntos humanos.

Portanto, a organização política do ressentimento na forma do ódio está ligada às condições de (in)compreensão que homens e mulheres constroem da realidade. A compreensão, diz a autora em suas definições mais lembradas, diz respeito à preparação de um lar: é a maneira especificamente humana de viver, pois todo indivíduo precisa se sentir conciliado com um mundo onde nasceu como estranho e onde sempre permanece como estranho[...]” (ARENDDT, 2008, p.131). As condições de familiaridade e pertencimento no mundo europeu moderno começaram a ruir no final do século XIX e colapsaram definitivamente ao final da Primeira Grande Guerra. Este processo fez crescer a necessidade do exercício de compreensão, por sua vez, mais e mais negligenciado. Assim, pelos discursos nacionalistas que prometiam ordem mediante a realidade caótica de uma Europa arrasada. Segundo a autora, em passagem que exprime o estado afetivo do mundo europeu em cacos e caminhando para a cristalização totalitária:

O ódio, que certamente não faltara ao mundo, antes da guerra começou a desempenhar um papel central nos negócios públicos de todos os países, de modo que o cenário político, nos anos enganadoramente calmos da década de 20, assumiu uma atmosfera sórdida e estranha de briga em família à Strindberg. Nada talvez ilustre melhor a desintegração geral da vida política do que esse ódio universal vago e difuso de todos e de tudo, sem um foco que lhe atraísse a atenção apaixonada, sem ninguém que pudesse ser responsabilizado pelo estado de coisas - nem governo, nem burguesia, nem potência estrangeira. Partia, conseqüentemente, em todas as direções, cega e imprevisivelmente, incapaz de assumir um ar de indiferença sadia em relação à coisa alguma sob o sol. (ARENDDT, 2001, p.301)

Em cenários desse tipo, com elementos que ainda correm no subterrâneo do mundo moderno, a atividade da compreensão surge como o oposto existencial do ódio politicamente organizado. Se o ódio é a negação ou o desencontro com a realidade, a compreensão é a possibilidade de reconciliação. Como lembra Arendt: “Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela - qualquer que seja, venha a ser

ou possa ter sido.” (ARENDR, 2001, p.21) Enfim, frente à experiência histórica do Caso Dreyfus, o ódio parece ser mais do que sintoma de um mundo em desfalecimento, mas de um mundo com o qual não estamos sendo capazes de nos reconciliar e pelo qual não estamos sendo capazes de resistir.

### Referências bibliográficas

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das letras, 2001.

\_\_\_\_\_. “*Reflexões sobre Little Rock*”. Em: Responsabilidade e Julgamento. São Paulo: Cia das letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *The Jewish Writing*. New York: Schocken Books, 2007.

\_\_\_\_\_. “*Compreensão e Política*”. Em: *Compreender - formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo/Belo Horizonte: Cia das letras/EdUFMG. 2008. pp.230-257.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. Trad. Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

\_\_\_\_\_. “*Crise da Cultura: Sua importância política e social*”. Em: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2016b.

CANOVAN, M. *Hannah Arendt: A reinterpretation of her political thought*. New York: Cambridge University Press, 1992.

MARRUS, M. “*Hannah Arendt and the Dreyfus Affair*”. In: *New German Critique*, No. 66, Special Issue on the Nineteenth Century (Autumn, 1995), pp. 147-163

YOUNG-BRUEHL, E. *Hannah Arendt: for love of the world*. New Haven: Yale University Press, 1982.